

PORTARIA Nº 05/2017 – GABCM

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando que o Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguari solicitou ao Ministério Público de Contas a apuração do contrato de fornecimento de alimentação “transportada” no Presídio de Araguari;

Considerando que a Secretaria de Estado de Administração Prisional firmou novo contrato com a empresa Prudente Refeições Ltda, vencedora do certame (Contrato n. 339039.03.2644.16), com vigência de 12 meses, a partir de 21 de novembro de 2016, no valor de R\$2.459.132,76;

Considerando que, recentemente, foi publicado o Primeiro Termo Aditivo ao citado contrato (Aditivo n. 339039.03.2644.01.17), cujo objeto foi a alteração da vigência, com prorrogação por mais 12 meses, a contar de 21/11/2017, e alteração da cláusula de reajuste de preços, com reajuste de 2,54%, consoante IPCA/IBGE – mês de setembro/2017, passando o valor para R\$2.527.362,15;

Considerando que, entre os documentos encaminhados pelo Promotor solicitante, consta um ofício do Presidente do CONSEP informando que a verba destinada para a construção da cozinha industrial no Presídio de Araguari é R\$120.000,00, bem como um extrato bancário da conta corrente do CONSEP na Caixa Econômica Federal no valor de R\$201.151,15, em 31/01/2017;

Considerando a necessidade de apuração da legalidade da prorrogação do citado contrato à luz do art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como a origem dos recursos que se encontram em conta corrente da CONSEP e “reservados” para a construção da cozinha industrial no Presídio de Araguari;

Considerando a competência do Tribunal de Contas para, nos termos do art. 76, incisos III, XIII e XIV, da Constituição do Estado de Minas Gerais, examinar a legalidade dos procedimentos licitatórios e dos contratos celebrados pelos jurisdicionados, aplicando, caso constatada alguma ilegalidade, as sanções previstas na Lei Complementar Estadual n. 102/08 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Minas Gerais);

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso III e §2º, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG Nº 07, de 21 de novembro de 2013, **resolvo**, no uso das atribuições ministeriais, **instaurar o presente procedimento preparatório** para apurar a legalidade da prorrogação do citado contrato à luz do art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como a origem dos recursos que se encontram em conta corrente da CONSEP e “reservados” para a construção da cozinha industrial no Presídio de Araguari.

Após instaurado o competente Procedimento Preparatório, determino seja oficiado:

- a) **ao Secretário de Estado de Administração Prisional**, requisitando o envio a este Órgão Ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias, de cópia integral do procedimento licitatório (Pregão eletrônico 1451001 000215/2016) que antecedeu o Contrato n. 339039.03.2644.16 firmado com a empresa Prudente Refeições Ltda, incluindo documentos atinentes à execução contratual (notas de empenho, liquidação e pagamento), bem como o Primeiro Termo Aditivo ao citado contrato (Aditivo n. 339039.03.2644.01.17), com a documentação que comprove que o aditivo proporcionou à Administração a “*obtenção de preços e condições mais vantajosas*”, nos termos do art. 57, inciso II, Lei Federal n. 8.666/93;
- b) **ao Presidente do CONSEP**, requisitando o envio a este Órgão Ministerial, no prazo de 30 (trinta) dias, de esclarecimentos sobre a origem dos recursos que se encontram depositados na conta corrente do Conselho e “reservados” para a construção da cozinha industrial no Presídio de Araguari, bem como se houve algum procedimento formal que “reservou” R\$120.000,00 para a construção da citada cozinha.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu gabinete.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2018.

Cristina Andrade Melo

Procuradora do Ministério Público de Contas